GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

IPECE Informe

Nº 62 – Agosto 2013

IDHM de 2010 do Ceará

Análise a partir do Atlas de desenvolvimento Humano da PNUD

IPECE INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador

Domingos Gomes de Aguiar Filho – Vice Governador

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Eduardo Diogo – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis B. de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

Régis Façanha Dantas – Diretor de Estudos Sociais

IPECE Informe - *nº 62 - Agosto de 2013*

Elaboração

Cleyber Nascimento de Medeiros
Raquel da Silva Sales
Vitor Hugo Miro Couto

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Disponibilizar informações geosocioeconomicas, elaborar estratégias e propor políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Valores

Ética e transparência;
Rigor científico;
Competência profissional;
Cooperação interinstitucional e
Compromisso com a sociedade.

Visão

Ser reconhecido nacionalmente como centro de excelência na geração de conhecimento socioeconômico e geográfico até 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambeba
Tel. (85) 3101-3496
CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE.
ouvidoria@ipece.ce.gov.br
www.ipece.ce.gov.br

Sobre o IPECE Informe

A Série IPECE Informe disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Nesta Edição

Este Informe analisa a situação do Ceará em comparação com os demais Estados com base no resultado do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013, apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Segundo a pesquisa, o Brasil mudou da classificação de muito baixo em 1991, para alto desenvolvimento Humano em 2010. O Ceará, assim como o Brasil, também teve mudanças positivas quanto o seu grau de desenvolvimento nos últimos 20 anos, passando da classificação de “muito baixo” para “médio” desenvolvimento humano. Comparativamente aos outros estados, o Ceará em 2010 deteve o 17º melhor IDHM do país e o 2º maior da região Nordeste. Quanto as dimensões do IDHM, Educação e Longevidade obtiverem os maiores índices no estado do Ceará.

1. INTRODUÇÃO

O presente informe tem como objetivo analisar a situação do Desenvolvimento Humano no Ceará com base em dados apresentados na publicação recente do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013[1], elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP).

As informações desse relatório utilizaram a base dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. No Atlas está contido o cálculo do índice de desenvolvimento humano dos municípios (IDHM) a partir da análise de 180 indicadores socioeconômicos para os 5.565 municípios brasileiros. Vale salientar que para esse documento o foco será apenas o resultado do IDHM e de seus componentes (renda, longevidade e educação) em nível de estados e capitais. Em uma edição futura serão analisados e divulgados os dados para os municípios cearenses.

A classificação do IDHM varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1 melhor o grau de desenvolvimento. A classificação dos componentes também se dá por essa forma. Segundo resultados da pesquisa, o Brasil mudou da classificação de "muito baixo" em 1991 para "alto" desenvolvimento Humano em 2010. O Ceará, assim como o Brasil, também teve mudanças positivas quanto ao seu grau de desenvolvimento nos últimos 20 anos. Em 1991 ocupava a 20ª posição, com índice de 0,405, classificado como "muito baixo", enquanto que em 2010 passou para a 17ª colocação registrando a classificação de "médio" desenvolvimento humano alcançando um IDHM de 0,682.

Com a perspectiva de verificar os resultados da pesquisa da PNUD para o estado do Ceará comparativamente as demais unidades da federação esse Informe está organizado em cinco partes, sendo à primeira esta introdução. A segunda seção corresponde a um breve comentário quanto ao relatório do Atlas do Desenvolvimento Humano; na terceira e quarta seções tem-se o resultado do IDHM e de seus componentes para os Estados e Capitais e por último as considerações finais.

[1] A PNUD lançou os resultados do Atlas por plataforma *on line* no site: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/download

2. O Relatório do Desenvolvimento Humano

A Organização das Nações Unidas (ONU), desde 1990[2], compara anualmente o grau de desenvolvimento humano dos países utilizando como metodologia o Índice de Desenvolvimento humano – IDH, um indicador sintético que utiliza as dimensões da renda, da educação e da longevidade.

Em nível de municípios, o PNUD publicou para os anos de 1991, 2000 e agora em 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios - IDHM. Apesar de utilizar metodologia semelhante ao cálculo do IDH para países, o PNUD salienta em seus manuais que não podem ser feitos comparações entra os dois (IDH e IDHM), pois para o cálculo do IDHM são feitas adaptações metodológicas do IDH em nível municipal como, por exemplo, a utilização de outras bases de dados e de outros indicadores para cálculo do índice.

Ao final de julho último foi divulgado o resultado do IDHM de 2010, publicado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013, apresentado pelo PNUD. Os dados desse relatório contém o recálculo do índice para os anos de 1991, 2000 e o resultado inédito de 2010[3], anos das bases de dados dos censos demográficos do IBGE.

Segundo o relatório da ONU, o grau de Desenvolvimento Humano dos municípios é classificado em 5 faixas, conforme o Quadro 1:

Quadro 1: Classificação do IDHM.

Classificação do IDH-M	**Faixas do IDH-M**
Muito baixo desenvolvimento humano	0,000 ; 0,499
Baixo desenvolvimento humano	0,500 ; 0,599
Médio desenvolvimento humano	0,600 ; 0,699
Alto desenvolvimento humano	0,700 ; 0,799
Muito alto desenvolvimento humano	0,800 ; 1,000

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013/PNUD. Elaboração: IPECE.

[2] IDM Global foi Publicado pela primeira vez em 1990 e é calculado anualmente. Já o IDH-M que é um ajuste metodológico ao IDH Global, foi publicado originalmente em 1998 (a partir dos dados do Censo de 1970, 1980, 1991).

[3] Para os anos de 1991 e 2000 a PNUD recalculou os IDHM para tornar possíveis as comparações entre os três anos, devido à mudança de variáveis utilizadas nos questionários dos censos ao longo dos anos.

Com já foi dito anteriormente, além do IDHM foram calculados as suas três componentes (educação, longevidade e renda). Essas componentes também utilizam a classificação do IDHM geral.

As variáveis utilizadas para o cálculo do IDH da educação foram:

- Percentual da população de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola;
- Percentual da população de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do ensino fundamental ou que já concluiu o ensino fundamental;
- Percentual da população de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo;
- Percentual da população de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo;
- Percentual da população de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo.

Para o calculo do IDHM - de longevidade foi utilizado:

- Esperança de vida ao nascer.

E, por último, para o cálculo do IDHM da dimensão renda usou-se:

- Renda *per capita* média.

Desse modo, com base nessas informações apresentaremos nos tópicos a seguir os resultados do IDHM geral e de seus componentes para o Ceará, anos de 1991, 2000 e 2010, comparativamente as demais unidades da federação.

3. Comparativo dos Estados em relação ao IDHM

Essa seção analisa os dados referentes ao IDHM para as unidades da federação nos anos de 1991, 2000 e 2010. Verifica-se que em 1991 o Ceará ocupava a 20ª colocação no *ranking* entre os estados, passando para a 16ª e 17ª respectivamente nos anos de 2000 e 2010.

Distrito Federal, São Paulo e Santa Catarina alcançam respectivamente as três primeiras colocações em todos os anos analisados, enquanto que Piauí, Maranhão e Alagoas estiveram nas últimas posições nos anos de 2000 e 2010.

Avaliando apenas os estados da região Nordeste, constata-se que o Ceará saiu da 4ª posição em 1991 para a 2ª em 2010, demonstrando um avanço nas condições de desenvolvimento humano de sua população, relacionadas, sobretudo, a renda, a educação e a longevidade (Tabela 1).

Tabela 1: IDHM segundo unidades da federação para os anos de 1991, 2000 e 2010, com classificação dos estados para o ano de 2010.

Estados	IDHM					
	1991	Posição	2000	Posição	2010	Posição
Distrito Federal	0,616	1º	0,725	1º	0,824	1º
São Paulo	0,578	2º	0,702	2º	0,783	2º
Santa Catarina	0,543	4º	0,674	3º	0,774	3º
Rio de Janeiro	0,573	3º	0,664	4º	0,761	4º
Paraná	0,507	6º	0,650	6º	0,749	5º
Rio Grande do Sul	0,542	5º	0,664	4º	0,746	6º
Espírito Santo	0,505	7º	0,640	7º	0,74	7º
Goiás	0,487	9º	0,615	9º	0,735	8º
Minas Gerais	0,478	10º	0,624	8º	0,731	9º
Mato Grosso do Sul	0,488	8º	0,613	10º	0,729	10º
Mato Grosso	0,449	13º	0,601	11º	0,725	11º
Amapá	0,472	11º	0,577	13º	0,708	12º
Roraima	0,459	12º	0,598	12º	0,707	13º
Tocantins	0,369	25º	0,525	18º	0,699	14º
Rondônia	0,407	19º	0,537	17º	0,690	15º
Rio Grande do Norte	0,428	16º	0,552	14º	0,684	16º
Ceará	**0,405**	**20º**	**0,541**	**16º**	**0,682**	**17º**
Amazonas	0,430	15º	0,515	22º	0,674	18º
Pernambuco	0,440	14º	0,544	15º	0,673	19º
Sergipe	0,408	18º	0,518	19º	0,665	20º
Acre	0,402	21º	0,517	21º	0,663	21º
Bahia	0,386	22º	0,512	23º	0,660	22º
Paraíba	0,382	23º	0,506	24º	0,658	23º
Pará	0,413	17º	0,518	19º	0,646	24º
Piauí	0,362	26º	0,484	25º	0,646	25º
Maranhão	0,357	27º	0,476	26º	0,639	26º
Alagoas	0,370	24º	0,471	27º	0,631	27º

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013/PNUD. Elaboração: IPECE.
Nota: Os estados sublinhados pertencem à região Nordeste.

A Tabela 2 exibe as taxas de crescimento relativo dos Estados para os períodos de 1991 a 2000, 2000 a 2010 e 1991 a 2010. O *ranking* das unidades da federação para cada intervalo citado também pode ser observado na referida Tabela.

Inicialmente constata-se que os Estados que tiveram os maiores crescimentos relativos, são em sua maioria, os que detinham baixos índices em anos anteriores, talvez por apresentarem uma menor base de comparação. Por exemplo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo alcançaram os menores crescimentos relativos no período 1991/2010 devido já terem um índice do IDHM considerado alto, quando comparados às demais unidades da federação. Não obstante, a análise do crescimento relativo torna-se importante para avaliar se os Estados que estavam em pior situação em anos anteriores conseguiram evoluir, nesse sentido, merece destaque os estados do Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba e Bahia que registraram as maiores taxas de crescimento relativo no intervalo 1991/2010.

Tabela 2: Variação relativa (%) do IDHM segundo unidades da federação para os períodos de 1991/2000, 2000/2010 e 1991/2010, com classificação dos estados para o intervalo de 1991/2010.

Estados	Variação relativa do IDHM					
	1991/2000 (%)	Posição	2000/2010 (%)	Posição	1991/2010 (%)	Posição
Tocantins	42,28	1º	33,14	4º	89,43	1º
Maranhão	33,33	5º	34,24	1º	78,99	2º
Piauí	33,70	3º	33,47	3º	78,45	3º
Paraíba	32,46	7º	30,04	6º	72,25	4º
Bahia	32,64	6º	28,91	7º	70,98	5º
Alagoas	27,30	14º	33,97	2º	70,54	6º
Rondônia	31,94	8º	28,49	8º	69,53	7º
Ceará	**33,58**	**4º**	**26,06**	**11º**	**68,40**	**8º**
Acre	28,61	12º	28,24	10º	64,93	9º
Sergipe	26,96	15º	28,38	9º	62,99	10º
Mato Grosso	33,85	2º	20,63	16º	61,47	11º
Rio Grande do Norte	28,97	11º	23,91	13º	59,81	12º
Amazonas	19,77	25º	30,87	5º	56,74	13º
Pará	25,42	19º	24,71	12º	56,42	14º
Roraima	30,28	10º	18,23	19º	54,03	15º
Pernambuco	23,64	21º	23,71	14º	52,95	16º
Minas Gerais	30,54	9º	17,15	20º	52,93	17º
Goiás	26,28	17º	19,51	17º	50,92	18º
Amapá	22,25	23º	22,70	15º	50,00	19º
Mato Grosso do Sul	25,61	18º	18,92	18º	49,39	20º
Paraná	28,21	13º	15,23	22º	47,73	21º
Espírito Santo	26,73	16º	15,63	21º	46,53	22º
Santa Catarina	24,13	20º	14,84	23º	42,54	23º
Rio Grande do Sul	22,51	22º	12,35	26º	37,64	24º
São Paulo	21,45	24º	11,54	27º	35,47	25º
Distrito Federal	17,69	26º	13,66	25º	33,77	26º
Rio de Janeiro	15,88	27º	14,61	24º	32,81	27º

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013/PNUD. Elaboração: IPECE.
Nota: Os estados sublinhados pertencem à região Nordeste.

Os mapas temáticos a seguir ilustram a classificação do IDHM segundo os níveis de desenvolvimento humano dos estados para os anos de 1991, 2000 e 2010. Em 1991, tinha-se 6 estados classificados na situação de baixo desenvolvimento e 1 (DF) na categoria de médio desenvolvimento, enquanto todos os demais foram considerados como tendo muito baixo desenvolvimento.

No ano 2000, as condições de desenvolvimento humano das populações dos estados brasileiros melhorou, verificando-se que apenas 3 unidades da federação detiveram muito baixo desenvolvimento, todas situados na região Nordeste.

Em 2010, observa-se que todos os estados da região Centro-Oeste, Sudeste e Sul foram qualificados como tendo alto desenvolvimento humano, com exceção do DF que atingiu a marca de muito alto desenvolvimento, tendo os estados da região Norte e Nordeste classificação média. Destaque na região Norte para o Amapá, onde se verificou uma condição de alto desenvolvimento humano.

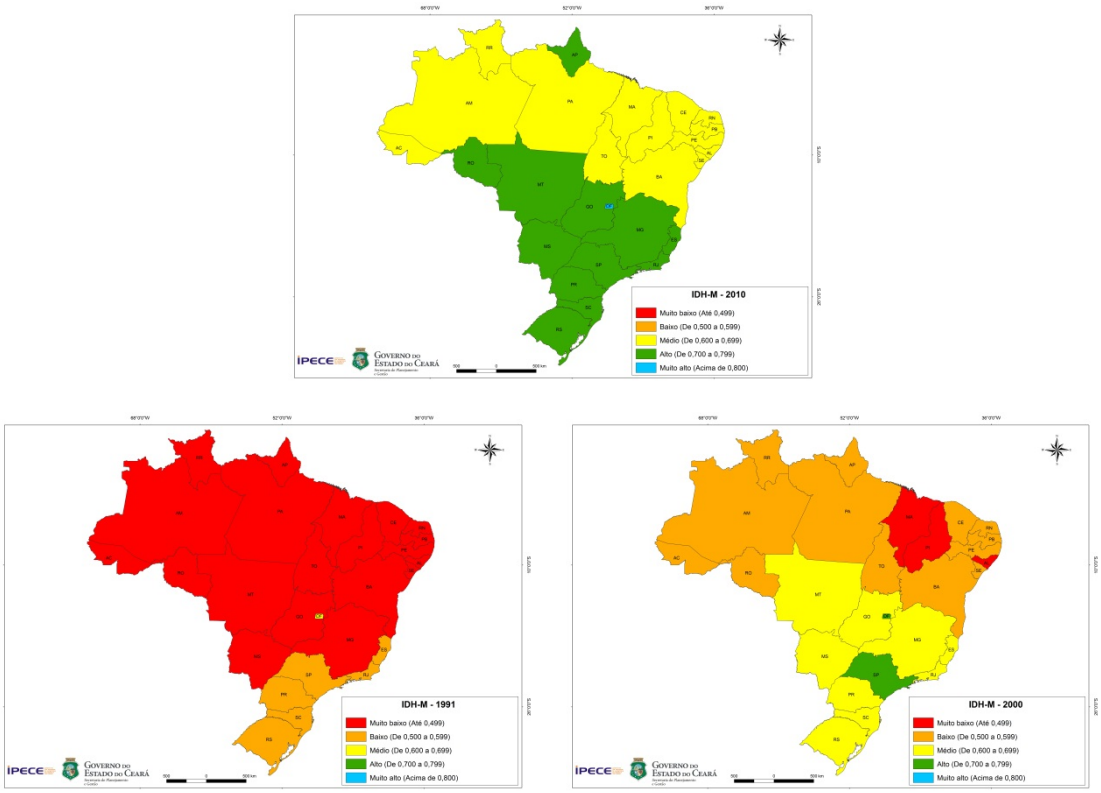

Figura 1: Mapas temáticos para o IDHM dos estados referentes aos anos de 1991, 2000 e 2010.

De uma forma geral, verifica-se que as unidades da federação localizadas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste possuíram os melhores índices, enquanto que os estados

da região Nordeste e Norte alcançaram os menores valores, embora esta diferença tenha diminuído ao longo das últimas décadas.

3.2 IDH-M: Dimensão Educação

A dimensão de Educação do IDHM almeja medir o acesso ao conhecimento, sendo composta por dois subíndices: a escolaridade da população adulta (peso 1) e o fluxo escolar da população jovem (peso 2).

No primeiro subíndice é utilizado o % da população de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo, enquanto que no segundo subíndice são avaliados os indicadores do % de crianças entre 5 e 6 anos na escola, o % de crianças com idade de 11 a 13 anos nos anos finais do ensino fundamental, o % de adolescentes entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo e o % de pessoas com idade entre 18 e 20 anos com ensino médio completo. Na Tabela 3 são exibidos os índices da dimensão de Educação do IDH-M.

Tabela 3: IDHM da dimensão **Educação** segundo unidades da federação para os anos de 1991, 2000 e 2010, com classificação dos estados para o ano de 2010.

Estados	IDHM					
	1991	Posição	2000	Posição	2010	Posição
Distrito Federal	0,419	1º	0,582	1º	0,742	1º
São Paulo	0,363	3º	0,581	2º	0,719	2º
Santa Catarina	0,329	4º	0,526	4º	0,697	3º
Rio de Janeiro	0,392	2º	0,530	3º	0,675	4º
Paraná	0,298	7º	0,522	5º	0,668	5º
Espírito Santo	0,304	6º	0,491	7º	0,653	6º
Goiás	0,273	8º	0,439	11º	0,646	7º
Rio Grande do Sul	0,328	5º	0,505	6º	0,642	8º
Minas Gerais	0,257	10º	0,470	8º	0,638	9º
Mato Grosso	0,221	15º	0,426	12º	0,635	10º
Amapá	0,254	11º	0,424	13º	0,629	11º
Mato Grosso do Sul	0,259	9º	0,445	10º	0,629	11º
Roraima	0,240	14º	0,457	9º	0,628	13º
Tocantins	0,155	27º	0,348	17º	0,624	14º
Ceará	**0,204**	**17º**	**0,377**	**15º**	**0,615**	**15º**
Rio Grande do Norte	0,242	12º	0,396	14º	0,597	16º
Rondônia	0,181	22º	0,345	18º	0,577	17º
Pernambuco	0,242	12º	0,372	16º	0,574	18º
Maranhão	0,173	25º	0,312	25º	0,562	19º
Amazonas	0,204	17º	0,324	23º	0,561	20º
Sergipe	0,211	16º	0,343	19º	0,560	21º
Acre	0,176	23º	0,325	22º	0,559	22º
Bahia	0,182	21º	0,332	20º	0,555	23º
Paraíba	0,191	20º	0,331	21º	0,555	23º
Piauí	0,164	26º	0,301	26º	0,547	25º
Pará	0,194	19º	0,319	24º	0,528	26º
Alagoas	0,174	24º	0,282	27º	0,520	27º

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013/PNUD. Elaboração: IPECE.
Nota: Os estados sublinhados pertencem à região Nordeste.

Observa-se que o Distrito Federal esteve à frente em todos os anos, sendo seguido em 2010 pelos estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Paraná. O Ceará avançou no período de 1991 a 2010, passando do 17^0 para o 15^0 lugar entre as unidades da federação. Cabe destacar que em 2010 o Ceará foi o estado da região Nordeste com melhor desempenho, obtendo um índice de 0,615, sendo acompanhado do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Maranhão e Sergipe.

A Tabela 4 mostra as taxas de crescimento relativo do IDHM - Educação dos estados para os períodos de 1991 a 2000, 2000 a 2010 e 1991 a 2010. O *ranking* das unidades da federação para cada intervalo citado também pode ser observado na mencionada tabela. Neste contexto, constata-se que o Ceará teve um crescimento inferior à maioria das unidades da federação, devido principalmente ao Estado já possuir anteriormente melhores condições de acesso ao conhecimento.

Tabela 4: Variação relativa (%) do IDHM - **Educação** segundo estados para os períodos de 1991/2000, 2000/2010 e 1991/2010, com classificação das unidades da federação para o intervalo de 1991/2010.

Estados	Variação relativa do IDHM					
	1991/2000 (%)	Posição	2000/2010 (%)	Posição	1991/2010 (%)	Posição
Pará	124,52	1º	79,31	4º	302,58	1º
São Paulo	83,54	7º	81,73	2º	233,54	2º
Amapá	80,35	10º	80,13	3º	224,86	3º
Minas Gerais	90,61	3º	67,25	8º	218,78	4º
Espírito Santo	84,66	6º	72,00	6º	217,61	5º
Santa Catarina	82,42	9º	67,17	9º	204,95	6º
Roraima	84,80	5º	63,13	12º	201,47	7º
Rio de Janeiro	62,07	18º	84,40	1º	198,85	8º
Rio Grande do Sul	73,30	12º	67,67	7º	190,58	9º
Sergipe	92,76	2º	49,06	15º	187,33	10º
Mato Grosso do Sul	58,82	23º	73,15	5º	175,00	11º
Distrito Federal	64,43	15º	65,52	10º	172,16	12º
Paraná	62,56	17º	63,27	11º	165,40	13º
Amazonas	90,42	4º	37,42	19º	161,67	14º
Acre	82,88	8º	35,74	20º	148,25	15º
Mato Grosso	66,93	14º	48,35	16º	147,64	16º
Pernambuco	63,64	16º	50,76	14º	146,69	17º
Rio Grande do Norte	71,81	13º	41,35	18º	142,86	18º
Goiás	53,72	25º	54,30	13º	137,19	19º
Rondônia	60,81	20º	47,15	17º	136,63	20º
Bahia	75,17	11º	27,97	23º	124,16	21º
Alagoas	61,51	19º	32,99	21º	114,80	22º
Piauí	59,88	22º	32,51	22º	111,85	23º
Maranhão	60,06	21º	23,75	27º	98,07	24º
Ceará	**53,96**	**24º**	**27,13**	**26º**	**95,73**	**25º**
Tocantins	38,90	26º	27,49	24º	77,09	26º
Paraíba	35,20	27º	27,36	25º	72,19	27º

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013/PNUD. Elaboração: IPECE.
Nota: Os estados sublinhados pertencem à região Nordeste.

A Figura 2 apresenta os mapas temáticos com a distribuição do IDHM, dimensão Educação dos Estados para os anos de 1991, 2000 e 2010. Observa-se que em 1991 todos os estados estavam qualificados na condição de muito baixo desenvolvimento, retratando uma péssima situação na condição de acesso ao conhecimento. Para o ano 2000, os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal atingiram a faixa de baixo desenvolvimento, enquanto os demais permaneceram na mesma categoria.

Na última década observaram-se sensíveis melhorias nessa dimensão do IDHM, uma vez que em 2010, nenhum Estado foi classificado como possuindo muito baixo desenvolvimento. O Estado de São Paulo e o Distrito Federal detiveram alto desenvolvimento humano conforme visualizado no mapa. Analisando os estados da região Nordeste, merece destaque o Ceará, classificado em 2010 na categoria de médio desenvolvimento, enquanto os demais Estados desta região possuíram baixo desenvolvimento.

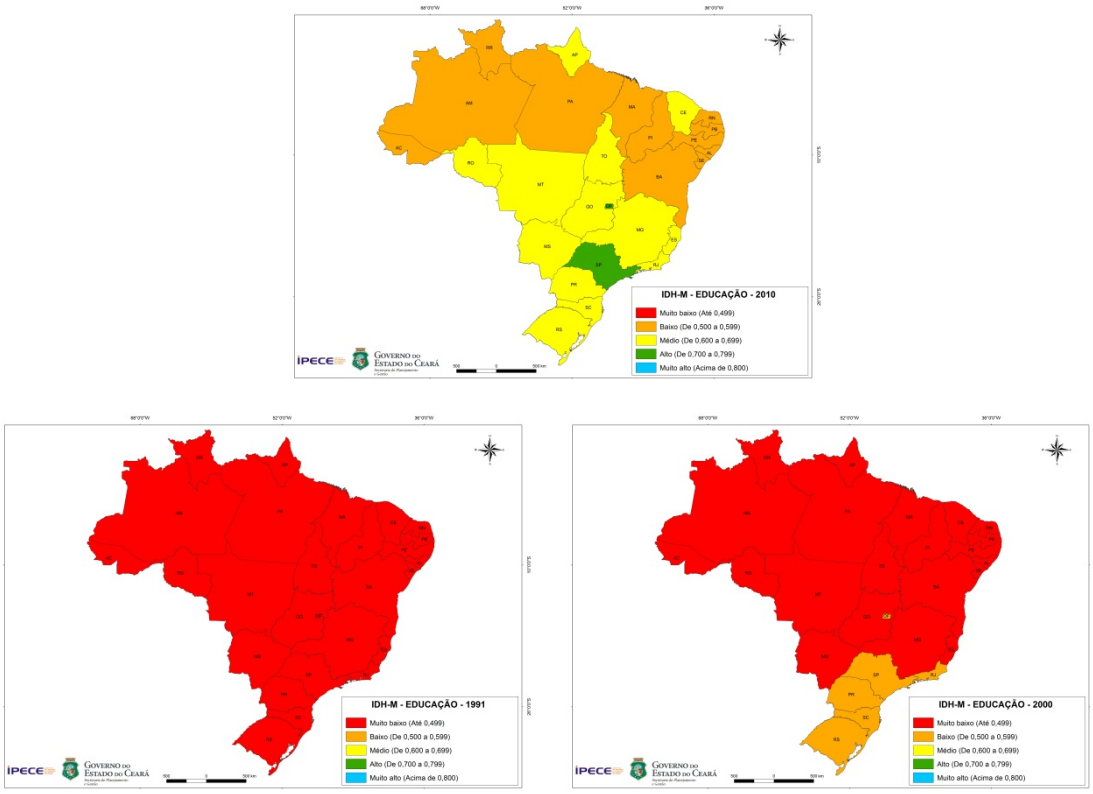

Figura 2: Mapas temáticos para o IDH-M, dimensão Educação, dos estados referentes aos anos de 1991, 2000 e 2010.

3.3. IDHM RENDA

Por muito tempo indicadores de renda predominaram na análise econômica da condição de vida das pessoas. Tais indicadores evoluíram ao incorporar outras dimensões que são tão determinantes para o bem-estar quanto à capacidade de obter recursos financeiros. O próprio IDH é um exemplo dessa evolução.

Apesar da relevância da renda como medida de bem-estar ter diminuído, trata-se de uma importante medida da dotação de recursos que as pessoas dispõem para acessar necessidades e desejos. Em uma sociedade onde o acesso a bens e serviços ocorre pelo intermédio dos mercados, a geração e a distribuição de renda são determinantes para o bem-estar da população. Assim, a dimensão de renda do IDHM busca retratar o padrão de vida das pessoas por meio do indicador de renda municipal *per capita*[4]. A Tabela 5 mostra o os dados do índice para as 27 unidades da federação.

Tabela 5: IDHM da dimensão **Renda** segundo unidades da federação para os anos de 1991, 2000 e 2010, com classificação dos estados para o ano de 2010.

Estados	IDHM					
	1991	Posição	2000	Posição	2010	Posição
Distrito Federal	0.762	1º	0.805	1º	0.863	1º
São Paulo	0.729	2º	0.756	2º	0.789	2º
Rio de Janeiro	0.696	3º	0.745	3º	0.782	3º
Santa Catarina	0.648	5º	0.717	5º	0.773	4º
Rio Grande do Sul	0.667	4º	0.72	4º	0.769	5º
Paraná	0.644	6º	0.704	6º	0.757	6º
Espírito Santo	0.619	12º	0.687	8º	0.743	7º
Goiás	0.633	9º	0.686	10º	0.742	8º
Mato Grosso do Sul	0.641	8º	0.687	8º	0.74	9º
Mato Grosso	0.627	10º	0.689	7º	0.732	10º
Minas Gerais	0.618	13º	0.68	11º	0.73	11º
Rondônia	0.585	15º	0.654	12º	0.712	12º
Roraima	0.643	7º	0.652	13º	0.695	13º
Amapá	0.62	11º	0.638	14º	0.694	14º
Tocantins	0.549	20º	0.605	19º	0.69	15º
Rio Grande do Norte	0.547	21º	0.608	17º	0.678	16º
Amazonas	0.605	14º	0.608	17º	0.677	17º
Pernambuco	0.569	17º	0.615	15º	0.673	18º
Sergipe	0.552	19º	0.596	21º	0.672	19º
Acre	0.574	16º	0.612	16º	0.671	20º
Bahia	0.543	22º	0.594	22º	0.663	21º
Paraíba	0.515	25º	0.582	24º	0.656	22º
Ceará	**0.532**	**23º**	**0.588**	**23º**	**0.651**	**23º**
Pará	0.567	18º	0.601	20º	0.646	24º
Alagoas	0.527	24º	0.574	25º	0.641	25º
Piauí	0.488	26º	0.556	26º	0.635	26º
Maranhão	0.478	27º	0.531	27º	0.612	27º

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013/PNUD. Elaboração: IPECE.
Nota: Os estados sublinhados pertencem à região Nordeste.

[4] Emprega-se a renda média mensal dos indivíduos residentes em determinado município, expressa em reais de 1º de agosto de 2010.

Novamente, o Distrito Federal e os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina compõem os quatro melhores indicadores. E da mesma forma que o IDHM geral, os estados de Alagoas, Piauí e Maranhão apresentaram os valores mais baixos para esse indicador. O Ceará, apesar do avanço absoluto no indicador, manteve a sua posição relativa nas duas décadas consideradas, sendo apenas o 23° Estado nesta medida de padrão de vida.

Uma característica evidente na dimensão de renda é que, apesar dos avanços absolutos serem evidentes, em termos relativos temos poucas mudanças nas últimas décadas. Isso fica bastante claro quando se têm que os seis Estados mais bem classificados são os mesmos desde 1991 e que, invariavelmente, os valores mais baixos são registrados para as regiões Norte e Nordeste.

A Tabela 6 detalha as taxas de crescimento relativo do IDHM-Renda dos Estados para os períodos de 1991 a 2000, 2000 a 2010 e 1991 a 2010.

Tabela 6: Variação relativa (%) do IDHM **Renda** segundo estados para os períodos de 1991/2000, 2000/2010 e 1991/2010, com classificação das unidades da federação para o intervalo de 1991/2010.

Estados	Variação relativa do IDHM					
	1991/2000 (%)	Posição	2000/2010 (%)	Posição	1991/2010 (%)	Posição
Piauí	13.9	1	14.2	2	30.1	1
Maranhão	11.1	5	15.3	1	28.0	2
Paraíba	13.0	2	12.7	5	27.4	3
Tocantins	10.2	9	14.0	3	25.7	4
Rio Grande do Norte	11.2	4	11.5	8	23.9	5
Ceará	**10.5**	**8**	**10.7**	**10**	**22.4**	**6**
Bahia	9.4	12	11.6	7	22.1	7
Sergipe	8.0	17	12.8	4	21.7	8
Rondônia	11.8	3	8.9	13	21.7	9
Alagoas	8.9	14	11.7	6	21.6	10
Espírito Santo	11.0	6	8.2	16	20.0	11
Santa Catarina	10.6	7	7.8	17	19.3	12
Pernambuco	8.1	16	9.4	12	18.3	13
Minas Gerais	10.0	10	7.4	21	18.1	14
Paraná	9.3	13	7.5	19	17.5	15
Goiás	8.4	15	8.2	15	17.2	16
Acre	6.6	21	9.6	11	16.9	17
Mato Grosso	9.9	11	6.2	25	16.7	18
Mato Grosso do Sul	7.2	19	7.7	18	15.4	19
Rio Grande do Sul	7.9	18	6.8	23	15.3	20
Pará	6.0	22	7.5	20	13.9	21
Distrito Federal	5.6	23	7.2	22	13.3	22
Rio de Janeiro	7.0	20	5.0	26	12.4	23
Amapá	2.9	25	8.8	14	11.9	24
Amazonas	0.5	27	11.3	9	11.9	25
São Paulo	3.7	24	4.4	27	8.2	26
Roraima	1.4	26	6.6	24	8.1	27

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013/PNUD. Elaboração: IPECE.

Nota: Os estados sublinhados pertencem à região Nordeste.

Uma caracterização interessante é que entre os Estados com os menores valores do IDHM-Renda, tem-se os que apresentaram as maiores variações. Piauí, Maranhão e Paraíba foram os que mais avançaram em termos absolutos no indicador que busca retratar o padrão de vida. O estado do Ceará foi o sexto que mais cresceu entre 1991 e 2010, apresentando de certa forma, uma evolução bastante regular no período.

A Figura 3 a seguir mostra os mapas temáticos com a distribuição do IDHM Renda dos estados para os anos de 1991, 2000 e 2010, de acordo com a qualificação do desenvolvimento.

Figura 3: Mapas temáticos para o IDH-M, dimensão Renda, dos estados referentes aos anos de 1991, 2000 e 2010.

Percebe-se que em 1991, apenas o Distrito Federal e São Paulo possuíam valores que os qualificavam na condição de alto desenvolvimento. Por outro lado, Maranhão e Piauí eram classificados como tendo desenvolvimento muito baixo.

Em 2000, o Distrito Federal passou a ter um desenvolvimento considerado muito alto, enquanto os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e os da região Sul se qualificaram como sendo de alto desenvolvimento. Nenhum estado foi qualificado como sendo de muito baixo desenvolvimento, mas apenas estados da região Nordeste foram qualificados como sendo de baixo desenvolvimento.

Esse indicador considera a esperança de vida ao nascer, ou seja, o número médio de anos que as pessoas dos municípios viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados em cada período. Dessa forma, as maiores expectativas de vida ao nascer foram observadas no Distrito Federal e nos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Um aspecto importante ao se tratar de desenvolvimento em qualquer esfera social é a forma como os fatores considerados evoluem ao longo do tempo. A Tabela 6 mostra que variação relativa do IDHM-Longevidade e a classificação das unidades federativas, No caso da longevidade todos os Estados apresentaram um crescimento da expectativa de vida.

Tabela 6: Variação relativa (%) do IDHM **Longevidade** segundo estados para os períodos de 1991/2000, 2000/2010 e 1991/2010, com classificação das unidades da federação para o intervalo de 1991/2010.

Estados	Variação relativa do IDH-M					
	1991/2000 (%)	Posição	2000/2010 (%)	Posição	1991/2010 (%)	Posição
Paraíba	18.9	1	16.5	3	38.6	1
Maranhão	17.8	3	16.6	2	37.4	2
Alagoas	17.2	4	16.7	1	36.8	3
Tocantins	16.8	6	15.3	6	34.6	4
Bahia	16.8	5	15.1	8	34.5	5
Sergipe	16.7	7	15.2	7	34.4	6
Rio Grande do Norte	18.4	2	13.1	11	34.0	7
Piauí	13.6	12	14.9	9	30.6	8
Ceará	**16.3**	**8**	**11.2**	**16**	**29.4**	**9**
Roraima	14.2	11	12.8	13	28.8	10
Pernambuco	14.3	10	11.9	15	27.9	11
Rondônia	8.3	20	16.3	5	26.0	12
Mato Grosso	13.1	15	10.9	18	25.5	13
Amazonas	7.3	25	16.3	4	24.8	14
Goiás	15.7	9	7.0	25	23.8	15
Pará	13.3	13	8.8	21	23.3	16
Paraná	10.0	19	11.1	17	22.2	17
Espírito Santo	13.3	14	7.5	23	21.7	18
Amapá	6.4	27	14.3	10	21.7	19
Minas Gerais	10.2	18	10.4	20	21.6	20
Rio de Janeiro	7.2	26	12.8	12	21.0	21
Acre	7.6	23	12.0	14	20.5	22
Distrito Federal	11.4	16	7.2	24	19.4	23
Mato Grosso do Sul	7.6	24	10.8	19	19.2	24
São Paulo	7.7	22	7.5	22	15.8	25
Rio Grande do Sul	10.3	17	4.5	27	15.2	26
Santa Catarina	7.8	21	5.9	26	14.2	27

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013/PNUD. Elaboração: IPECE.

Da mesma forma que nas outras duas dimensões do IDH, os estados das regiões Norte e Nordeste apresentaram um desempenho relativo inferior, com destaque negativo para as unidades da federação de Sergipe, Acre, Piauí, Maranhão e Alagoas que detiveram

os menores índices. O Ceará apresentou uma melhora absoluta no indicador e conseguiu melhorar sua posição em relação às demais unidades da federação (19° em 1991, 14° em 2000 e 16° em 2010). Entre os estados do Nordeste ocupa a melhor posição no ano de 2010.

E algo importante é que os estados que a princípio mostram os valores mais baixos para este indicador foram os que apresentaram as maiores evoluções. Paraíba, Maranhão e Alagoas foram os que conseguiram a maior evolução. O Ceará foi o nono estado que mais avançou em termos relativos, melhorando quase 30% entre 1991 e 2010 (Tabela 6).

Os mapas presentes na Figura 4 retratam bem a boa situação de Longevidade do país. Em 1991 predominava entre os estados a qualificação de desenvolvimento médio, sendo que no Nordeste predominava a classificação de baixo desenvolvimento. Em 2000 a maioria passou a apresentar um nível de desenvolvimento humano da longevidade considerado alto, sendo que o Distrito Federal e os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram qualificados no nível muito alto. Já em 2010, constata-se uma forte prevalência de categoria muito alto de desenvolvimento humano entre as unidades federativas, com exceção dos estados da região Nordeste, onde todos detiveram desenvolvimento qualificado com alto.

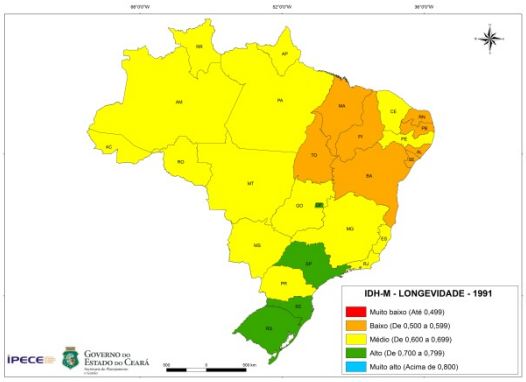

Figura 4: Mapas temáticos para o IDH-M, dimensão Longevidade, dos estados referentes aos anos de 1991, 2000 e 2010.

4. IDHM das capitais

Uma análise possível e pertinente é a avaliação do desenvolvimento humano entre as principais cidades do país. Como critério, foram consideradas aqui as capitais de cada unidade da federação. O foco da análise realizada nessa seção é comparar a cidade de Fortaleza com as demais capitais do país.

O maior IDHM foi observado em Florianópolis (SC). A capital catarinense mantem o maior índice entre as capitais desde 1991. Outras cidades que se destacam são as de Vitória (ES), Curitiba (PR) e, em 2010, Brasília (DF). Na classificação entre as capitais, o município de Fortaleza apresentou apenas o 19° maior IDH-M. Mesmo na região Nordeste a capital cearense apresenta apenas o 3° pior índice entre nove cidades (Tabela 7).

Tabela 7: IDHM segundo unidades da federação para os anos de 1991, 2000 e 2010, com classificação dos estados para o ano de 2010.

Estados	IDH-M					
	1991	Posição	2000	Posição	2010	Posição
Florianópolis (SC)	0.681	1	0.766	1	0.847	1
Vitória (ES)	0.644	3	0.759	2	0.845	2
Brasília (DF)	0.616	7	0.725	7	0.824	3
Curitiba (PR)	0.640	4	0.750	3	0.823	4
Belo Horizonte (MG)	0.602	8	0.726	6	0.810	5
Porto Alegre (RS)	0.660	2	0.744	4	0.805	6
São Paulo (SP)	0.626	6	0.733	5	0.805	6
Goiânia (GO)	0.600	9	0.715	9	0.799	8
Rio de Janeiro (RJ)	0.639	5	0.716	8	0.799	8
Palmas (TO)	0.439	27	0.654	15	0.788	10
Cuiabá (MT)	0.569	12	0.692	10	0.785	11
Campo Grande (MS)	0.563	13	0.673	11	0.784	12
Recife (PE)	0.576	10	0.660	13	0.772	13
Aracaju (SE)	0.545	19	0.648	19	0.770	14
São Luís (MA)	0.562	15	0.658	14	0.768	15
João Pessoa (PB)	0.551	17	0.644	20	0.763	16
Natal (RN)	0.572	11	0.664	12	0.763	16
Salvador (BA)	0.563	13	0.654	15	0.759	18
Fortaleza (CE)	0.546	18	0.652	17	0.754	19
Boa Vista (RR)	0.529	20	0.649	18	0.752	20
Teresina (PI)	0.509	23	0.620	23	0.751	21
Belém (PA)	0.562	15	0.644	20	0.746	22
Manaus (AM)	0.521	22	0.601	25	0.737	23
Porto Velho (RO)	0.495	25	0.613	24	0.736	24
Macapá (AP)	0.525	21	0.622	22	0.733	25
Rio Branco (AC)	0.485	26	0.591	26	0.727	26
Maceió (AL)	0.507	24	0.584	27	0.721	27

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013/PNUD. Elaboração: IPECE.

Todos os municípios das capitais apresentaram uma evolução no IDHM no período considerado. Em termos relativos, algumas capitais podem ser destacadas. A capital do estado de Tocantins, Palmas, foi a que apresentou a maior evolução no período. O IDHM da capital tocantinense aumentou quase 80% entre 1991 e 2010, o que permitiu a mudança de menor IDHM em 1991 para o 10° maior em 2010. O IDHM de Fortaleza aumentou quase 40% entre 1991 e 2010, o que representou o 12° maior crescimento. No entanto, Fortaleza perdeu uma posição relativa no período.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do IDHM para os Estados mostrou uma significativa evolução no período entre os anos de 1991 e 2010. Indiscutivelmente o padrão de vida da população brasileira melhorou. No entanto, o referido desenvolvimento humano ainda não alcança de forma homogênea todas as pessoas. Um indício dessa realidade é a persistência da desigualdade regional entre os resultados.

Na região Nordeste nenhum estado foi classificado com grau de desenvolvimento "muito elevado". O Ceará, foco da nossa análise, melhorou do 20° IDHM em 1991, para o 17° em 2010. Em termos do crescimento relativo no período, entre os Estados da região só não foi melhor que o Rio Grande do Norte.

Apesar das disparidades regionais ainda serem muito fortes, o crescimento do índice em termos relativos para os Estados em pior situação no IDHM em 1991 foi melhor. Essa dinâmica pode sinalizar a evidência de que há uma redução das desigualdades regionais em termos de desenvolvimento humano.